



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2013
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito das providências relacionadas ao setor de gás natural.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às seguintes providências em relação ao setor de gás natural:

- 1) após a audiência concedida pelo ministro Edison Lobão, realizada em 06.08.2013, quando o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do MME, Marco Antônio Martins Almeida, comprometeu-se a retomar o Grupo de Trabalho do MME sobre o gás natural, envolvendo as entidades do Fórum do Gás, quantas reuniões foram realizadas com o Grupo?
- 2) em relação ao PMAT, quais as dificuldades que o Ministério de Minas e Energia encontra para cumprir o disposto na Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009 (Lei do Gás) no tocante ao desenvolvimento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

plano de expansão da malha de gasodutos do país? Quando o documento será apresentado à sociedade?

3) há iniciativas do Ministério de Minas e Energia no âmbito do Governo com relação à desoneração do PIS/Cofins do setor de gás natural? Quais?

4) existe algum estudo em andamento que vise a retirada do desconto que hoje é concedido pela Petrobrás sobre o gás natural?

JUSTIFICAÇÃO

O mundo está vivendo a idade de ouro do gás natural e a exploração e comercialização desse combustível começa a alterar o mapa econômico e geopolítico global da competitividade. O Brasil pode ser um dos beneficiados pelas mudanças em curso por estar listado entre os países de maior potencial de desenvolvimento de reservas de gás natural, tanto associado ao petróleo como reservas não associadas caracterizadas como não convencionais.

Na publicação da Lei nº 11.909, de 2009, que ficou conhecida como a “Lei do Gás”, se instituiu o regime de concessão para a construção e operação de novos gasodutos de transporte, procurou instituir um ambiente concorrencial no setor de transporte de gás natural. No entanto, o Plano de Expansão da Malha de Transporte (PEMAT) ainda não foi promovido pelo Ministério das Minas e Energia, o que nos leva a questionar quais seriam as dificuldades encontradas.

É de conhecimento de todos que o preço do gás no Brasil alcançou patamares muito altos, o que impossibilita a competitividade da indústria que utiliza esse insumo, a exemplo das indústrias de Cerâmica e Revestimentos de São Paulo, que muitas já estão fechando as portas, com dificuldades em relação ao preço do gás. Desse modo, é de extrema importância que a questão da retirada do desconto que é fornecido ao gás natural por parte da Petrobrás seja esclarecida e de conhecimento de todos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

É de extrema urgência que todas as questões sejam respondidas aos membros desta Casa e à sociedade brasileira, para que haja clareza nas políticas relacionadas a este insumo energético.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2013.

Deputado Antônio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP